



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Concurso público para o licenciamento 5G

O primeiro e o segundo Plano Quinquenal do Governo da RAEM têm como objectivo principal reforçar a competitividade de Macau e a cooperação regional. A entrada na era 5G é indispensável para desenvolver a cidade inteligente, nomeadamente, para o desenvolvimento de serviços administrativos inteligentes, saúde inteligente, trânsito inteligente e turismo inteligente, que depende de sinais estáveis e acesso rápido à rede 5G, pois só assim é que é possível construir, com eficiência, a nossa cidade inteligente.

No regulamento específico do concurso público para o licenciamento 5G, divulgado recentemente, refere-se expressamente que as licenças 5G são no máximo quatro, mas prevê-se também que só podem concorrer as sociedades licenciadas para instalar e operar redes públicas de telecomunicações móveis terrestres e prestar serviços de telecomunicações móveis terrestres de uso público em Macau. Tendo em conta que, actualmente, existem apenas quatro operadoras de redes de telecomunicações móveis em Macau, isto significa que o referido regulamento exclui directamente outros interessados do concurso público em causa. Mesmo que as quatro actuais operadoras não participem no concurso, mais nenhuma entidade vai poder concorrer.

Ao longo dos anos, a sociedade tem manifestado o desejo de elevar a qualidade dos serviços de telecomunicações de Macau, através do reforço da abertura do respectivo mercado, mas, esta forma de actuação do Governo não só impede a participação de outros operadores com melhores condições, como também prejudica o ambiente de concorrência justa no mercado de Macau. Este concurso público é, de facto, “feito à medida”, portanto, obviamente inadequado. Solicita-se ao Governo que proceda a ajustamentos, no sentido de permitir que os operadores com condições e potencialidades participem no concurso público, a fim de se conseguir otimizar os serviços de telecomunicações de Macau.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Além disso, até à data, ainda não foram prestados mais esclarecimentos sobre o ponto de situação do tratamento dos activos da concessão e da produção legislativa da Lei das telecomunicações, e se estas questões não forem resolvidas, os outros operadores que pretendam instalar estações de base 5G terão de arrendar as redes e os equipamentos às operadoras que detêm os activos da concessão, e, conseqüentemente, as suas despesas com o arrendamento aumentam, o que não favorece o desenvolvimento saudável do mercado das telecomunicações, e deixa o sector preocupado com a salvaguarda da concorrência justa.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Quais foram as razões que levaram o Governo da RAEM a excluir outras entidades que não as quatro operadoras locais de telecomunicações móveis do concurso público para o licenciamento 5G? Esta prática não só não favorece a optimização dos serviços de telecomunicações locais, como também prejudica a concorrência justa no mercado. Como é que o Governo vai remediar a situação, para que outros operadores com condições e potencialidades possam também participar no concurso público?

2. Segundo afirmações recentes do Governo, este encarregou uma terceira entidade independente de proceder a um estudo sobre os serviços de telecomunicações de Macau, prevendo-se a publicação do relatório de estudo no primeiro semestre de 2023, com sugestões sobre a emissão de licenças 5G, a gestão dos activos da concessão e o rumo de desenvolvimento do mercado das telecomunicações de Macau. O concurso público para os serviços 5G já teve início, mas como o relatório ainda não foi publicado, não pode servir de referência neste momento crucial. O Governo deve divulgar, quanto antes, as partes do relatório já concluídas, para que a sociedade possa ter acesso a mais informações. Vai fazê-lo?

3. Os activos da concessão das telecomunicações são propriedade do Governo da RAEM, por isso, há que criar mecanismos e critérios de preços transparentes, para os diversos operadores poderem usufruir desses activos de forma justa. Os cidadãos e as empresas esperam, desde sempre, que, através da concorrência justa no sector



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

das telecomunicações, aumentem as suas opções, se eleve a qualidade dos serviços de telecomunicações e se promova a redução das tarifas. Espera-se que o Governo da RAEM, com o início do concurso público para o licenciamento 5G, resolva, rapidamente, a questão dos activos da concessão, herdada da história. O que é que o Governo vai fazer em relação a isto? Segundo o Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, até em 2024, vai ser estabelecida a estrutura inicial do desenvolvimento integrado de Hengqin e Macau. De que ideias e planos dispõe o Governo da RAEM quer para os cidadãos poderem usufruir de um serviço de telecomunicações mais conveniente, económico e de qualidade, quer para a interligação dos serviços de telecomunicações entre Hengqin e Macau?

29 de Julho de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Sun lok